TORNAR SEM EFEITO a Portaria n. 2695/2025-GP, que designou a Juíza de Direito Carmen Oliveira de Castro Carvalho, titular da 10ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Belém, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 3ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Belém, no período de 4 a 18 de junho do ano de 2025.

PORTARIA Nº 2792/2025-GP. Belém, 3 de junho de 2025.

Considerando o gozo de férias do Juiz de Direito Diego Gilberto Martins Cintra,

DESIGNAR o Juiz de Direito André dos Santos Canto, titular da 2ª Vara de Família da Comarca de Ananindeua, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 1ª Vara de Família da Comarca de Ananindeua, no período de 16 de junho a 5 de julho do ano de 2025.

PORTARIA Nº 2793/2025-GP. Belém, 3 de junho de 2025.

Considerando o gozo de folga, por compensação de plantão, da Juíza de Direito Maria das Graças Alfaia da Fonseca Saldanha,

DESIGNAR o Juiz de Direito Fábio Araújo Marçal, titular da Vara Cível e Criminal Distrital de Mosqueiro, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara do Juizado Especial Cível e Criminal Distrital de Mosqueiro e Direção do Fórum Distrital de Mosqueiro, no período de 16 a 18 de junho do ano de 2025.

PORTARIA Nº 2794/2025-GP. Belém, 3 de junho de 2025.

Considerando o gozo de férias do Juiz de Direito Edmar Silva Pereira,

DESIGNAR o Juiz de Direito Homero Lamarão Neto, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém, no período de 16 a 30 de junho do ano de 2025.

PORTARIA Nº 2795/2025-GP. Belém, 3 de junho de 2025.

Considerando o gozo de férias do Juiz de Direito Edmar Silva Pereira,

DESIGNAR o Juiz de Direito Jackson José Sodrê Ferraz, titular da 5ª Vara Criminal da Comarca de Belém, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Direção do Fórum Criminal da Comarca de Belém, no período de 16 a 30 de junho do ano de 2025.

PORTARIA N. 2796/2025-GP, DE 3 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre a nomeação da composição da Comissão Executiva para a implantação da Central de Regulação de Vagas Prisionais no âmbito do Poder Judiciário no Estado do Pará.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal assegura aos presos o respeito à integridade física e moral (art. 5º, XLIX), e veda expressamente o tratamento desumano ou degradante (art. 5º, III), além de penas cruéis (art. 5º XLVII);

CONSIDERANDO o disposto no art. 185 da LEP, segundo o qual configura excesso ou desvio de execução a prática de algum ato além dos limites fixados na decisão que decreta a prisão, assim como em normas legais ou regulamentares;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento definitivo da ADPF nº 347, homologou o plano de enfrentamento ao estado de coisas inconstitucional "Plano Pena Justa", estabelecendo metas para cumprimento pelos Estados e o Distrito Federal, entre elas a implantação da Central de Regulação de

Vagas;

CONSIDERANDO o aperfeiçoamento da gestão da Política Criminal como macro desafio da Estratégia Nacional do Poder Judiciário definido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o ciclo de 2021 - 2026;

CONSIDERANDO a resolução nº 05, de 25 de novembro de 2016, do Ministério da Justiça e da Cidadania/Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, a qual dispõe sobre os indicadores para fixação de lotação máxima nos estabelecimentos penais;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ n.º 368, de 20 de janeiro de 2021, que altera a Resolução CNJ nº 214/2015, e que dispõe sobre a organização e funcionamento dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização (GMF) nos Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e o dos Tribunais Regionais Federais, dando outras providências incluindo a fiscalização das condições de cumprimento de pena, de medida de segurança e de prisão provisória, o monitoramento do preenchimento do Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais (CNIEP), com atenção à preservação de ocupação inferior ou igual à capacidade dos estabelecimentos, e a manifestação em expedientes relacionados a interdições parciais ou totais de unidades prisionais;

CONSIDERANDO a necessidade de racionalização dos recursos públicos destinados a criação e manutenção de vagas prisionais, conforme orienta o Manual para a Gestão da Lotação Prisional;

CONSIDERANDO a Central de Regulação de Vagas (CRV) como uma das ações de controle e gestão da lotação prisional desenvolvidas pela parceria entre o Conselho Nacional de Justiça e Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), através da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), com apoio do do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD),

Art. 1º. Instituir a Comissão Executiva para implantação e operacionalização da Central de Regulação de Vagas Prisionais (CRV) no Estado do Pará, de modo a atender à determinação do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 347, bem como em cumprimento ao Plano Nacional para o Enfrentamento do Estado de Coisas Inconstitucional nas Prisões Brasileiras, o “Plano Pena Justa”.

Art. 2º. São atribuições da Comissão Executiva:

I - adaptar às especificidades locais a elaboração e implementação das ações necessárias ao desenvolvimento da CRV;

II - deliberar acerca das estratégias de regulação de vagas a serem adotadas nas unidades com ocupação crítica e unidades em situação de superlotação, de forma articulada com a Comissão Executiva do Poder Executivo e o Comitê de Políticas Penais;

III - apoiar e orientar as autoridades judiciárias na adoção das ferramentas de regulação de vagas;

IV - favorecer a articulação interinstitucional junto aos demais órgãos envolvidos com a CRV, voltada à efetivação da política;

V - articular com o Poder Executivo o compartilhamento dos dados atualizados da administração penitenciária referentes à população privada de liberdade, unidades prisionais e serviços penais, bem como outros necessários à implantação e ao funcionamento da CRV;

VI - orientar os trabalhos da Coordenação Técnica e da Equipe Técnica, promovendo a análise e o encaminhamento dos relatórios por ela produzidos;

VII - monitorar o cumprimento das ações dispostas no Plano de Trabalho e no Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Tribunal de Justiça e o Governo do Estado para a implementação da CRV, a partir das informações compartilhadas pela Coordenação Técnica da CRV, com relação à ocupação de vagas, ferramentas e diretrizes adotadas, deliberando sobre os resultados do monitoramento junto à Comissão Executiva do Poder Executivo e ao Comitê de Políticas Penais;

VIII - apoiar a realização de mutirões carcerários;

IX - encaminhar à Corregedoria Geral de Justiça relatórios acerca das situações que demandem providências para a efetivação das disposições do ato normativo que regula o funcionamento da Central de Regulação de Vagas no estado;

X - garantir a transparência e a publicidade dos resultados das ações da CRV.

Art. 3º. Integram a Comissão Executiva:

I - Juíza de Direito Patrícia de Oliveira Sá Moreira, juíza-auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Pará;

II - Juíza de Direito Ana Angélica Abdulmassih Olegário, juíza-auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça;

III - Juiz de Direito Caio Marco Berardo, coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Execução de Medidas Socioeducativas (GMF/TJPA) e Juiz Titular da Vara de Execução Penais da Comarca de Marabá/PA;

IV - Juiz de Direito Flávio Oliveira Lauande, juiz colaborador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Execução de Medidas Socioeducativas (GMF/TJPA) e Juiz Titular da Vara de Execução Penais da Comarca de Santarém/PA.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogando-se a Portaria 6013/2024-GP de 19/12/2024, publicada no DJE 7988/2025, de 07 de janeiro de 2025.

PORTARIA Nº 2797/2025-GP. Belém, 03 de junho de 2025.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2025/30744,

DESIGNAR o servidor ALEX GASPAR DE OLIVEIRA, matrícula nº 58904, para responder pelo cargo em comissão de Chefe de Divisão, REF-CJS-3, junto à Divisão de Contabilidade, durante o afastamento por folgas do titular, Orlando José Pereira Paixão, matrícula nº 98051, nos períodos de 07/07/2025 a 11/07/2025, de 14/07/2025 a 18/07/2025, de 21/07/2025 a 25/07/2025 e de 28/07/2025 a 31/07/2025.

PORTARIA Nº 2798/2025-GP. Belém, 03 de junho de 2025.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº TJPA-MEM-2025/26054,

TORNAR sem efeito a Portaria nº 1665/2025-GP, de 02/04/2025, publicada no DJE Edição nº 8050 do dia 03/04/2025, que suspendeu, no período de 05/05/2025 a 03/06/2025, os efeitos da Portaria nº 1345/2025-GP, de 07/03/2025, publicada no DJE edição nº 8032 do dia 10/03/2025, que designou a servidora ANA PAULA MOREIRA SERRA, matrícula nº 113263, para responder pela função gratificada de Chefe de Serviço, REF-FG-2, junto ao Serviço de Execução de Pagamento.

PORTARIA Nº 2799/2025-GP. Belém, 03 de junho de 2025.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº TJPA-MEM-2025/30897,